



THOMPSON E GRAMSCI: CONTRIBUIÇÃO AO DEBATE DE CLASSE, CULTURA E EDUCAÇÃO

Vivian Machado Dutra
vividutra.ufrrj@yahoo.com.br
(UFRJ)

Resumo

A ideia de escrever o presente trabalho, estritamente teórico, veio como fruto do referencial teórico da pesquisa de mestrado que está sendo realizada na área de história da educação, onde se tenta confluir dois autores, Gramsci e Thompson, para desenvolver as bases teóricas da pesquisa. O objetivo desse trabalho é contribuir para o debate das aproximações teóricas entre Gramsci e Thompson, na formulação de cultura e classe, como bases teóricas para as análises da História da educação e das instituições. Thompson coloca contribuições importantes no que tange o enfrentamento teórico às formulações de Marx e com as correntes marxistas Althusseriana e Stalinista, por representarem determinismo econômico. A questão de classe, sua ênfase na aproximação entre as teorias de Gramsci e Thompson é central, identificando-se que os dois autores consideram classe como uma categoria de conformação histórica, e não de maneira estática, como se colocam alguns autores da tradição marxistas e do positivismo. Ambos os autores não veem o marxismo como um modelo a ser obedecido, e sim como um método de análise, que confronta empirismo e teoria. Assim como classe, os autores aproximam em sua identificação de luta de classes como um processo histórico de conflito, desenvolvendo cada qual, de maneira diferenciada, sua relação com as categorias classe e luta de classes. O desenvolvimento da cultura se dá no seio dessas categorias, sendo a cultura essencial para entender o processo de conformação das relações na sociedade, e a conformação da educação formal e não formal. Thompson enfatiza as tradições, costumes, experiências e conflitos, enquanto Gramsci volta para a formação dos intelectuais na organização da cultura, porém ambos com ponto fundamental bem próximo: as relações sociais não consensuais no interior da classe e na relação entre as classes. A partir daí pode-se relacionar uma compreensão de educação não formal, através da cultura, e de uma educação formal, com a consolidação de uma rede escolar, e uma divisão da escola no período industrial, para a elite, para os filhos dos trabalhadores e para a formação de intelectuais de novo tipo. No interior dessas escolas, entende-se um espaço de conflito, circulação – produção – reprodução, que gera o debate de cultura escolar, mais focado, na historiografia, nas bases desenvolvidas por Thompson, que não é objetivo principal desse trabalho, mas se faz importante mencionar, pela sua posição no contexto histórico.

Palavras-chave: Classe. Cultura. Educação. Thompson. Gramsci.

Introdução

A ideia de escrever o presente trabalho veio como fruto do referencial teórico da pesquisa de mestrado está sendo realizada na área de história da educação, onde tenta-se confluir dois autores, Gramsci e Thompson, para desenvolver as bases teóricas da pesquisa sobre os conflitos interligados e a educação profissional feminina em Niterói, no período da Primeira República. A partir daí, além das publicações dos referidos autores, foi procurado ter conhecimento também, de trabalhos sobre os mesmos, que procurassem confluir pensamentos e trazer contribuições dos dois para a área da história da educação. Nesse sentido, foi localizado o artigo de Oliveira e





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Taborda - Gramsci e Thompson: História, Política e processos de formação- na Revista Educação e sociedade de Abril a Junho de 2010. Este artigo é de tamanha importância, pois além de trazer uma contribuição aprofundada sobre o tema, apontou a necessidade de uma discussão teórica mais minuciosa em relação aos dois autores, dando maior enfoque a contribuição da teoria dos dois autores em torno da história da educação, sendo assim podendo debater a história cultural, no viés marxista, a partir de suas principais fontes.

O objetivo desse trabalho é contribuir para o debate das aproximações teóricas entre Gramsci e Thompson, na formulação de cultura e classe, como bases teóricas para as análises da História da educação e das instituições.

Um dos principais autores da história cultural para a história da educação é Edward Palmer Thompson, logo, se faz de suma importância entender suas bases teóricas, suas críticas, sobre as quais são feitas suas formulações, e se desenvolve seu conceito de classe e a importância da cultura.

Sergio Silva (2010), que escreve um dos textos do livro “A peculiaridade dos ingleses” de Thompson, coloca contribuições importantes no que tange o enfrentamento teórico a formulações de Marx e com as correntes marxistas Althusseriana e Stalinista, em defesa das ideias Gramscianas. Seu enfrentamento primeiro, e polêmico, se dá com as formulações de Marx em “O Capital”, fazendo uma crítica ao conjunto da análise de Marx em relação ao que Thompson chama de a lógica do capital, onde a constituição da indústria moderna e a formação do proletariado aparecem como resultado da relação social de dominação capitalista, ou seja, a relação social presente no modo de produção, que se caracteriza pelo movimento de contradição entre relações sociais e forças produtivas.

Thompson não nega, mas inverte essa lógica, admitindo que existe uma lógica inversa a do capital, enfatizando o caráter histórico dessa formação. Sendo assim, a lógica do capital, para Thompson, não pode explicar o processo histórico real, sendo que somente a lógica do processo pode explicar o movimento do capital, a relação capitalista de produção a constituição da indústria e a formação do proletariado, ou seja, somente a lógica do processo pode explicar a conformação do capitalismo e seu desenvolvimento. Nesse sentido, a industrialização seria resultado de um processo histórico real, pouco importando que depois ele se tornaria um modelo universal, mote

3717





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

central da análise de Marx, que não nega o processo histórico, analisando o processo do capitalismo no seu interior.

Thompson ao desenrolar da polêmica com a formulação de Marx, por fim, tendo em vista a relação social como um processo histórico, enfatiza a formação da classe operária como condição da industrialização e não como resultado da mesma. Porém, Marx e Engels (2011) não colocam a classe operária apenas como resultado, admitindo ser resultado da industrialização, que provém de um processo histórico de necessidade de ampliação da burguesia, mas também como base desse processo, definindo assim a conformação de duas classes antagônicas, nesse processo, a burguesia e o proletariado. A partir daí encontra-se o ponto central da análise de Thompson, pois o mesmo tem uma total recusa da concepção de classe social como resultado do modo de produção, porém admite a classe social como resultado da luta de classes, entendendo a luta de classes como um processo histórico, assim como a formação da classe.

O outro enfrentamento, que o aproxima de Gramsci no sentido das formulações, se dá na crítica ao determinismo econômico, da tradição marxista stalinista e do marxismo Althusseriano, colocando em contraposição que fatores culturais e sociais, componente da vida dos trabalhadores, devem estar no primeiro plano de análise, transcendendo a explicação ao que acontece ao trabalhador, no processo de trabalho na indústria ou na vida econômica no geral, tendo em vista a formação da classe como condição e não como resultado do processo histórico capitalista. Gramsci entende que qualquer variante do economicismo representa uma variante da subalternidade teórica.

Coloca-se o sentido de aproximação com Gramsci no fator iniciado acima pois de acordo com Vieira e Oliveira (2010), Althusser crítico mais conhecido de Gramsci, pelo historicismo, com o argumento de redução do marxismo à prática política imediata, com formulações que traziam a questão da cultura e das relações sociais, nesse sentido, é que Thompson contrapõe Althusser corroborando com Gramsci. Sendo assim, tanto Gramsci quanto Thompson, enfatizam o protagonismo do sujeito na história, tendo Thompson, historiador inglês, privilegiado, reconhecidamente, os textos de Gramsci para a ordenação de seus pensamentos. Nesse sentido, ambos combinam a teoria social com a empiria, havendo assim possibilidades de ressignificação a partir da coleta de evidências durante a pesquisa. Um item de extrema importância e primordial,

3718





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

em ambos os autores, está no fato de a análise dos sujeitos e suas práticas não estarem desvinculadas e desarticuladas com as dimensões estruturais do mundo social, admitindo a divisão de classes, porém, no mesmo processo, evita encaixar os sujeitos em modelos de comportamento social previamente formulados pela teoria, que visa entender a estruturação dos contextos econômico, social e cultural. Ou seja, os autores buscam um movimento entre teoria e empiria em um contexto que permita a análise da realidade, sem tentar encaixar a teoria no protagonismo dos sujeitos. Ainda sobre isso, Bianchi (2006) afirma que Gramsci objetivou uma leitura não economicista de Marx, rejeitando o economicismo e determinismo, ou seja, evita uma visão voltada amplamente para a determinação diretamente econômica das conformações sociais, viés que Thompson se apropria como base teórica de seus estudos, e enfrentamento às correntes marxistas que se vinculam ao determinismo econômico.

Questão de classe e cultura: subalternos e plebe

A questão de classe, sua ênfase na aproximação entre as teorias de Gramsci e Thompson é central, pois traz uma perspectiva de centro de ambas as teorias, e a relação de formulação e aprofundamento entre ambos. De acordo com Del Roio (2007) Thompson faz parte de uma gama de autores que ampliaram os estudos sobre os grupos sociais subalternos, já que por início Gramsci utilizou tal conceito como forma de se referir, como pressuposto, aos camponeses meridionais, e vai adiante ao referir-se a migrantes e refugiados. Os autores tratam de ampliar essa categoria, já que a teoria de Gramsci tem um caráter universal, tomando um formato contemporâneo.

Ou seja, a generalidade do termo “classes subalternas” ou grupos subalternos” possibilita a análise apurada de particularidades as mais diversas dentro de uma tendência geral à unificação do gênero humano.(p. 69)

Gramsci e Thompson identificam a classe como um processo em movimento, inserida em um processo histórico, e não de maneira abstrata, sendo assim, Thompson analisa a questão da plebe na Inglaterra, enquanto Gramsci identifica os subalternos, como um movimento real entre as relações sociais, econômicas e políticas, para as formulações. Admitindo a classe, em um





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

contexto histórico de luta de classes, pois não há como identificar a existência de uma classe, se a mesma não se coloca em contraponto a outra classe. Thompson (2010) afirma que:

A questão é que não podemos falar de classe, sem que as outras pessoas diante de um processo de luta (o que compreende uma luta em nível cultural) entrem em relação e em oposição sob uma forma classista, ou ainda sem que modifiquem as relações de classe herdadas, já existentes. (p.275)

Para Gramsci, então, existe uma determinação essencial que se encontra nos fundamentos materiais em movimento contraditório, sendo assim, a vida fragmentada da classe subalterna, provinda de sua própria condição social, submetidas à exploração e opressão, deve ser superada historicamente, à medida que a classe subalterna deixe de sê-la para entrar em disputa no setor da hegemonia com a classe dominante. Identifica-se então que os dois autores admitem o antagonismo de classe e o enfrentamento entre ambas, colocando um papel histórico também a luta de classes, pois implica um processo.

É importante ressaltar que ambos os autores ao admitirem a questão de classe, e mesmo se identificando como autores da tradição marxista, não se utilizam do termo classe operária nem proletária, colocando Gramsci a questão dos subalternos, e Thompson a questão da Plebe ou dos de baixo.

Para Thompson (2010), a não utilização do termo classe proletária, está intimamente ligada à questão da classe e da consciência de classe. Para ele, o processo se dá com os indivíduos se vendo em uma sociedade com uma estruturação de relações de produção fundamentalmente, suportam a exploração ou buscam manter o poder sobre os explorados, identificam os interesses antagônicos, no processo de luta descobrem-se como uma classe, vindo assim, a fazer a descoberta da consciência de classe. Logo, nesse processo, classe e consciência, vem por último. Nesse sentido, se não existe uma consciência de classe por parte do proletariado, ela não pode ser definida assim, desse modo, sendo necessário ressaltar que um grupo privado de consciência de classe e cultura de classe, que não age na direção dessa formação, pode ser chamada de pobre ou plebe, que podem vir a ter consciência de si como proletariado.

Já Gramsci, de acordo com Del Roio(2007), passa a utilizar a concepção de classe subalterna, aparentemente em detrimento às outras noções do marxismo, como proletariado, classe operária ou campesinato.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Certamente que a hipótese de que seria para contornar eventuais problemas com a censura carcerária não é uma explicação razoável. Talvez seja mesmo mais tentador afirmar que se tratou de um desenvolvimento em sua elaboração, que partiu da especificidade da questão operária em direção a níveis sempre mais altos de complexidade e generalidade, sempre em busca de explicação para a materialidade da esfera subjetiva antagônica no decorrer da História. Em busca dos elementos que poderiam compor uma nova sociedade civil anticapitalista, a indeterminação e fluidez sugerida pela expressão classes ou grupos subalternos poderia ser enriquecedora. (p.64)

Em ambos os casos, os autores, apesar de se considerarem da tradição marxista, se colocam em contraposição a utilização do termo mais geral de classe, para se referirem aos grupos explorados e oprimidos, por partirem de uma análise específica da realidade, considerando as vivências dos indivíduos e dos grupos mais gerais, e as especificidades de cada local, do desenvolvimento do capitalismo em cada Estado. Tal análise levou Gramsci a desenvolver a teoria do Estado Ampliado, considerada a maior contribuição desse autor, mas que não será discutida aqui de maneira aprofundada, pela necessidade de entendimento de aproximações teóricas e desenvolvimento de suas bases.

Porém, vale destacar que Coutinho (1989) ressalta que para Gramsci, o marxismo não é um conjunto de definições acabadas, e sim um método para explicar novas determinações a partir do desdobramento das antigas, sendo as mesmas necessariamente abertas, de forma dialética, e de permanente renovação, para a evolução da história. Thompson (2010) corrobora com essa definição que o modelo tem valor apenas heurístico, passível de redundar em perigo pela sua tendência a uma estase conceitual. Nesse sentido, Gramsci, identificando diferença estrutural nas formações sociais do Oriente e do Ocidente, baseado nas experiências de processos de enfrentamento das classes subalternas e a utilização da mesma pelas elites é que Coutinho (1984) coloca que as novas determinações de Gramsci, em relação às formulações de Marx, no seu conceito de Estado, onde distinguem-se duas esferas do interior das superestruturas: a sociedade civil e a sociedade política, sendo que a última designa o conjunto de aparelhos através dos quais a classe dominante exerce o monopólio legal ou pela violência, tratando-se de aparelhos coercitivos do Estado, grupos burocráticos ligados às forças armadas, policiais e a ampliação das leis. Já o termo sociedade civil designa um momento da “superestrutura”, ou seja, o conjunto das instituições responsáveis pela elaboração e/ou difusão de valores e ideologias, compreendendo

3721





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

sistema escolar, partidos políticos, organizações profissionais, dentre outros. Essas são as esferas da superestrutura que compõem o Estado, estando estas na serventia de conservar ou transformar uma determinada conformação econômico-social estando de acordo com os interesses da classe fundamental dos modos de produção. Sendo assim, Coutinho (1985) explicita a estruturação de Gramsci colocando que:

No âmbito da sociedade civil as classes buscam exercer sua hegemonia, ou seja, buscam ganhar aliados para os seus projetos através da direção e do consenso. Por meio da sociedade política – que Gramsci também chama de “Estado em sentido estrito” ou, simplesmente, de “Estado-coerção” – ao contrário exerce-se sempre uma ditadura, ou, mais precisamente, uma dominação fundada na coerção. (p. 61)

Sendo assim, o aparelho de coerção assegura legalmente a disciplina dos grupos que não consentem, nos momentos em que fracassa o consenso espontâneo. É aí que Gramsci desenvolve a Teoria do Estado ampliado, que se compõe de sociedade política e sociedade civil, entendendo que nas sociedades de tipo Ocidental a sociedade civil começa a se colocar na sociedade política através dos aparelhos privados de hegemonia (sindicatos, partidos, organizações profissionais, dentre outros), enquanto nas sociedades do tipo oriental não aparece uma sociedade civil forte e autônoma, que desenvolva seus aparelhos e seja capaz de extrapolar para a sociedade política, não havendo assim a questão da superestrutura ideológica independente da sociedade política, como existe nos países Orientais. (COUTINHO, 1989).

Essa definição de Gramsci coloca uma questão muito importante em relação a Thompson, no que diz respeito à questão da organização. No livro *Costumes em Comum*, Thompson (2011) analisa a situação dos trabalhadores ingleses do século XVIII, sua cultura e tradição, identificando resistências organizadas por grupamentos profissionais, assim como resistências e negociações mais individualizadas. Identifica ali, então, que não há a existência de uma consciência de classe, e, portanto, não é possível identificar uma cultura de classe, e sim uma heterogeneidade no que diz respeito a cultura e costumes populares. Analisa ainda, a relação cultural entre a classe dominante e os “de baixo”, nesse sentido trazendo uma contribuição muito importante quando coloca que a cultura no interior de determinada classe não tem posição de consenso, havendo contradições sociais e culturais e oposições existentes dentro desse conjunto. Ao mesmo tempo, Gramsci





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

também identifica o não consenso cultural associado à desagregação dos subalternos, identificando diferenças sociais e valorativas entre os grupos sociais na Itália, das regiões de origem.

Nesse sentido, Thompson desenvolve que os dominantes, ao se colocarem em situação de pressão, acabam necessitando negociar, e fazem concessões aos populares, de modo que aumente seus direitos, mas não se retire suas condições já existentes no meio social, daí desenvolve-se o paternalismo. Nesse sentido, se por um lado um não consenso cultural no interior da classe hegemônica pode abrir margem à negociação com os “de baixo”, por outro lado pode definir os limites nos quais a cultura do povo pode atuar, através das leis. Quando essa negociação, ou esse consenso espontâneo, como diz Gramsci, fracassa, o poder coercitivo, explicitado acima, age para manter a ordem. O Estado tem em sua composição esse poder coercitivo, tanto na sociedade de tipo oriental, como na sociedade de tipo ocidental.

Essa sociedade, analisada por Thompson, em que não há setores da sociedade civil organizados, de maneira menos pontual, podendo extrapolar e disputar a hegemonia da sociedade política se enquadraria em um contexto de sociedade do tipo oriental, onde as bases capitalistas ainda não estão fortalecidas, e a sociedade civil ainda não se encontra organizada. Porém, Thompson (2007) demonstra que mesmo sem essa organização em aparelhos privados de hegemonia, existe uma organização que aponta para isso, através de resistências mais pontuais e enfrentamento aos costumes e morais dos patrões. Sendo assim, Gramsci não nega essa existência da resistência em certos momentos históricos, já que ambos os autores enfatizam a questão histórica do desenvolvimento do capitalismo, porém pela existência desse mesmo processo histórico, coloca que o desenvolvimento dessa sociedade leva a uma organização da sociedade civil em aparelhos próprios, ou seja, uma organização não mais apenas por setores profissionais, ou certas aproximações, e também não mais apenas para lutas e resistências pontuais, passa a existir, nesse processo, uma organização mais elaborada, que permite a reunião de trabalhadores, no sentido do avanço para gerar uma consciência real de classe.

A questão da consciência vem em Gramsci nas notas do Caderno do Cárcere, após 1931, redige pontos preliminares de referências, expressando que não se pode separar a cultura de sua história, pois não se pode ter uma concepção de mundo crítica e coerente, sem a consciência da





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

historicidade, do seu desenvolvimento e das contradições apresentadas por outras concepções ou elementos de concepções. Pela própria concepção de mundo, os indivíduos pertencem a um determinado grupo e elementos sociais que partilham de um mesmo modo de pensar e agir. Nesse sentido, Gramsci indica que quando a concepção de mundo é ocasional e desagregada o indivíduo pertence a uma multiplicidade de homens-massa, carregados de um misto de princípios, desde o homem da caverna até a ciência moderna. Quando se critica a própria concepção de mundo, significa torná-la unitária e coerente, criticar toda filosofia existente até hoje, com estratificações consolidadas na filosofia popular. Para haver essa elaboração crítica é necessária a consciência daquilo que realmente somos: como o produto do processo histórico.

Essa análise é importante para se chegar ao ponto comum entre os dois autores, no que diz respeito à história cultural. Del Roio (2007) destaca que Gramsci indica a necessidade de uma unificação dos subalternos para a identificação de classe, para que haja a emancipação do subalterno, porém, para que isso ocorra é necessária uma emancipação cultural, entendendo que o econômico, o político e filosófico, são expressões de uma mesma realidade em movimento, pois a não separação entre a filosofia, a cultura e seus processos históricos são fundamentais para se pensar a concepção de mundo que responde problemas da realidade concreta.

Thompson entende que quando não se pensa classe em movimento, como categoria histórica, e sim como uma categoria estática, sendo reduzida a pura e simples categoria quantitativa, no sentido sociológico com influência positivista, ou nos termos econômicos da própria tradição marxista, não se identifica no que a classe se constitui, que é da experiência dos homens e mulheres de situações determinadas, no conjunto de relações sociais e sua vivência com as relações de produção.

Nesse sentido, a categoria classe sendo utilizada como referência ao conteúdo histórico empiricamente observável, para Thompson (2010), seu uso moderno tem relação com a sociedade capitalista industrial, tornando-se utilizável para o conhecimento da sociedade desse período, presente também com um novo sentido, podendo identificar em determinados locais, instituições de classe – partidos de classe, cultura de classe, dentre outros. Essa evidência histórica, como análise, se desenvolveu a medida em que se teve origem um conceito mais maduro de classe, e o marcou com sua especificidade histórica.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Desse modo identifica-se esse amadurecimento em Gramsci, quando desenvolve a sociedade do tipo ocidental, considerando que o processo de desenvolvimento histórico, sua posição na industrialização, sua organização de um sistema escolar, permite com que a sociedade civil tenha aparelhos para sua organização, permitindo uma aproximação e uma identificação, ou reconhecimento, enquanto classe.

Ambos os autores não isolam suas análises, mesmo que pesquisando situações localizadas como a situação da plebe inglesa no século XVIII, ou a cultura de determinado grupo social italiano, os autores procuram buscar a conexão social, filosófica e política, que se expressam na cultura desenvolvida por determinados grupos sociais, ou seja, não existe uma análise da cultura pela cultura, e sim a busca de um contexto social, onde se inserem negociações, resistências, lutas, organização por aparelhos de classe, organizações espontâneas, dentre outros. Sendo assim a cultura reconhecida como um campo de tensão da luta de classes.

Gramsci (1982) analisa centralmente as categorias de intelectual para a organização da cultura. Expressa, dessa forma, a complexidade dessa análise de acordo com o processo histórico de formação dessas categorias, colocando duas forma mais importantes: a primeira onde cada grupo social, a partir da aproximação pela função essencial na produção econômica, cria, de modo orgânico, uma ou mais camadas de intelectuais, com a função de dar homogeneidade e consciência à própria função, nesse sentido, extrapolando o campo econômico, e indo também para o social e o político; a segunda categoria de intelectual se refere também a cada grupo social, porém com uma formação intelectual anterior proveniente de uma estrutura econômica anterior, expressando um desenvolvimento dessa estrutura, e representam uma continuidade histórica, de um processo que não foi interrompido, sequer, pelas mudanças nas formas sociais e políticas.

As duas categorias de intelectuais, destacadas por Gramsci, compreendem o papel exercido na produção econômica, com a formação de categorias necessárias para uma nova função social, ou uma categoria preexistente de intelectuais, que apesar de mudanças e rupturas, resiste com uma certa continuidade histórica, estando presente em inúmeras relações nos processos históricos. Entende-se então que a formação desses intelectuais, não é apenas a formação no âmbito interno de determinados grupos, condiz sim com o conjunto geral das relações sociais. Sendo assim, os intelectuais, de forma orgânica, movem os grupos sociais, e assim





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

como tais grupos e junto com eles, são criados através da história, pelas necessidades sociais e por aproximações exercidas pela função de produção econômica. Gramsci (1982) destaca então o proletário como exemplo, pois esse “não se caracteriza especificamente pelo trabalho manual ou instrumental, mas por este trabalho em determinadas condições e em determinadas relações sociais.” (p.7)

Nesse sentido, assume-se então que não existe uma função puramente manual ou instrumental, já que todas as funções são cercadas pelas relações sociais mais gerais, logo não existem homens que não sejam intelectuais, a diferenciação está na função de intelectual exercida na sociedade. Não existe assim, atividade humana, sem atividade intelectual.

A problemática encontra-se em relação à profissão, pois se tratando de intelectuais, se pensa logo na função profissional que exige um maior esforço de pensamento em contrapartida ao que exige um maior esforço muscular. O que se exige maior esforço de pensamento se admite como um intelectual. Porém, os homens, fora de seu espaço profissional, participam de uma formulação de concepção de mundo, que de acordo com os cadernos do cárcere de Gramsci (após 1931), não existe uma separação entre a filosofia e a cultura, assim como seus processos históricos, são essenciais para se pensar na concepção de mundo, que responde problemas colocados pela realidade concreta, logo existe uma função social diretamente intelectual, mesmo dos homens que em seus empregos exercem uma função manual, que mesmo essa não está limitada a apenas movimentos sem estarem carregados das relações sociais. Sendo assim esses homens contribuem ou para modificação de determinada concepção de mundo ou para a manutenção dessa concepção.

Gramsci (1987) então, conclui:

O problema da criação de uma nova camada intelectual, portanto, consiste em elaborar criticamente a atividade intelectual que existe em cada um em determinado grau de desenvolvimento, modificando sua relação com o esforço muscular-nervoso no sentido de um novo **equilíbrio** e conseguindo-se que o próprio esforço muscular-nervoso, enquanto elemento de uma atividade prática geral, que inova continuamente o mundo físico e social, torne-se o fundamento de uma nova e integral concepção do mundo. (p. 8).

Já Thompson (2011), apesar de não discorrer diretamente sobre a categoria de intelectual, corrobora com Gramsci no sentido de as atividades estarem carregadas de relações sociais, que





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

colaboram para modificação ou manutenção do mundo, quando ao apresentar a educação dada pela mãe aos filhos, na transmissão de técnica de ofícios que não têm aprendizado formal, ocorre à transmissão de experiências sociais, de sabedoria comum e coletiva. Nesse sentido, trazendo a questão do sujeito como sujeito histórico, imerso e atuante nas relações sociais e formado pela experiência. Ou mesmo quando Thompson apresenta as resistências dos populares em relação às inovações, que merece uma discussão mais aprofundada.

No mundo moderno e industrializado, então, Thompson (2011) indica que o povo está sujeito a pressões para reformar sua cultura, de acordo com normas vindas de cima. A relação cultural do povo com as inovações da economia, de maneira espontânea, se dá em nome da preservação dos costumes, que pertencem ao povo, no sentido de se ter limitações pela hegemonia dos dominantes, tendo então um espaço autônomo de cultura popular. Esses costumes, de tradições antigas, porém constantemente repensados por fazerem parte da atualidade dos populares, passam entre as gerações de maneira oral, pois mesmo com a confecção de produtos impressos, se sujeitam à tradição oral. Essa cultura transmite e gera desempenhos estilizados na recreação ou em forma de protestos, dessa maneira é que a cultura popular toma um caráter de rebeldia, ao procurar legitimar seus protestos, retornam às regras paternalistas. Importante ressaltar que essa análise de Thompson condiz com a Inglaterra do século XVIII, porém serve como base para análises da cultura popular.

O paternalismo é o termo central da análise; trata-se da relação entre a elite e os de baixo, onde a partir de concessões a determinados grupos sociais, a partir de pontuais necessidades ou anseios, no limite de manutenção da hegemonia da elite, evita-se uma tensão social. Essa fuga das tensões também está relacionada a outros elementos que serão discutidos ao decorrer do texto. Segundo Thompson (2011), a questão do paternalismo a partir da Inglaterra do século XVIII, entre a *gentry* e os plebeus, foi uma estratégia empregada para inibir o confronto das classes:

Pode parecer que esse *quantum* social mágico [paternalismo], reabastecido todos os dias nas inúmeras fontes da pequena oficina, da unidade doméstica e da propriedade rural, foi bastante forte para inibir (exceto aqui e ali, em episódios breves) o confronto das classes, até que a industrialização o trouxe no seu séquito.[...] Como agente histórico a classe trabalhadora não existia, e, sendo assim, a tarefa extremamente difícil de tentar descobrir qual era a real consciência dos trabalhadores pobres inarticulados seria tediosa e desnecessária.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Somos convidados a pensar na consciência de um ofício e não na de uma classe.(p.28)

Nesse sentido, apesar de reconhecer a existência de uma classe trabalhadora, Thompson (2011) afirma que a mesma sem a consciência de classe, anteriormente ao processo de industrialização, identifica-se na consciência por ofício, porém ressalta-se também, no mesmo indivíduo, aparecem identidades que se alternam em duas “consciências teóricas”: a da práxis, da noção e conceitos vivenciados no dia a dia, e não apenas das noções orais; e a da prática “herdada no passado e absorvida acriticamente”, provindas do senso comum, é o que Gramsci identifica, e Thompson corrobora, por “moralidade popular” e “moralidade oficial”. Nesse sentido, o paternalismo procura atender, no interior dos limites da hegemonia dos dominantes, as necessidades dos “de baixo”, identificados entre si pelo ofício, já que é possível apaziguar as classes por meio de determinadas negociações, já que há a inexistência da consciência de classe.

Thompson (2011) corrobora com a discussão de Gramsci sobre a ideologia, caracterizada composta pela “filosofia espontânea comum a todas as pessoas”, derivada de três fontes: a própria linguagem – conjunto de noções e conceitos; o senso comum; o folclore e a religião popular. Essa filosofia não é tida apenas como apropriação de um indivíduo e sim de experiências compartilhadas no trabalho e nas relações sociais, que se torna implícita em sua atividade e na realidade, unindo o indivíduo aos companheiros de trabalho na transformação prática do mundo real. A partir daí, tal filosofia contribui com o debate de inter relação entre práxis e senso comum, onde, de um lado, localiza-se a conformidade com o *status quo*, a necessidade de seguir as ordenações do mundo e seguir as regras dos empregadores; por outro lado, o senso comum deriva das dificuldades e repressão vivenciadas e compartilhadas com os companheiros de trabalho e vizinhos, que colocam a crítica irônica ao paternalismo, porém com menos frequência a revolta, ou seja, a práxis somada ao senso comum, no interior da “filosofia comum a todas as pessoas” traz a necessidade de manutenção de determinada ordem, com obediência aos empregadores, e ao mesmo tempo criticam o paternalismo, porém esse movimento entre obediência e crítica ao paternalismo evita revoltas desses trabalhadores. Nesse sentido, Thompson está corroborando com Gramsci, porém o último vai além, dizendo que quando esse consenso não é possível ocorre a utilização do poder coercitivo.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Sendo assim, Gramsci e Thompson se aproximam e se complementam ao dizer que existe a formação de uma cultura, que não é homogênea e nem composta por consensos, no interior dos grupos sociais, que aparecem na linguagem, nas danças, brincadeiras, “magias”, na educação, dentre outros. Todas essas atividades são compostas por atividade intelectual, por ser fruto de relações sociais diversas e experiências adquiridas dessas relações sociais históricas. Porém, cada grupo social cria seus intelectuais, no sentido estrito da palavra, sendo essa categoria de intelectuais não dissociada das classes, e sim agindo de maneira orgânica em seu interior, e nas relações com outros intelectuais componentes de outra classe.

Cultura e educação

Thompson (2011) e Gramsci (1982) vinculam a cultura, às experiências vividas no âmbito das relações sociais como construção histórica, onde há um campo de conflito de luta de classes, que faz transformar ou manter a sociedade. Thompson destaca a conservadorismo dos populares, em relação às inovações, que os obrigam a uma modificação da cultura vindo de cima para baixo.

Thompson (2011), entende a cultura então como:

[...] um conjunto de diferentes recursos em que há sempre uma troca entre o escrito e o oral, o dominante e o subordinado, a aldeia e a metrópole; é uma arena de elementos conflitivos, que somente sob uma pressão imperiosa – por exemplo, o nacionalismo, a consciência de classe ou a ortodoxia religiosa predominante – assume a forma de um “sistema”. E na verdade o próprio termo “cultura”, com sua invocação confortável de um consenso, pode distrair nossa atenção das contradições sociais e culturais, das fraturas e oposições existentes dentro do conjunto. (p. 17)

Nesse sentido a educação não necessariamente se dá apenas no campo formal, visto que em determinados contextos históricos, como o próprio Thompson coloca, os pobres, subalternos, populares, tem acesso restrito a esse tipo de educação, sendo carregados de tradições e costumes passados de maneira oral, no interior do desenvolvimento das relações sociais de cada grupo.

Thompson (2011) parte do princípio de que mesmo a vida social estando em permanente movimento de mudanças, as mesmas ainda não alcançaram um ponto que se vislumbre que cada geração sucessiva terá um horizonte diferente. Esse processo de transmissão de cultura de





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

geração para geração, ainda não foi interferido pela educação formal, que é visto como motor de aceleração ou de distanciamento cultural. A alfabetização, ao mesmo tempo em que se pode distanciar o indivíduo de certa cultura, também pode fazer circular, não mais de forma oral, mas de outras formas, incluindo a escrita – brochuras, panfletos, dentre outros -, os elementos dos costumes e da cultura dos populares, seja em forma recreativa ou em forma de protesto.

Junto com a alfabetização, a mobilidade geográfica faz espalhar esses costumes e tradições, definidos e repassados de forma oral, no interior da própria cultura plebeia. Ou seja, os valores e morais definidos no interior de cada grupo social não sendo aqueles impostos pela Igreja e pelo Estado. Outro fator importante é o distanciamento da dependência paternal entre a plebe e a gentry, que traz como consequência uma cultura que não está sujeita ao domínio ideológico dos governantes, no dia a dia, o que se refere a um domínio direto.

Nesse sentido, admite-se uma educação através de costumes, tradições e da própria cultura, que envolve os indivíduos de experiências e construções no dia a dia, que mesmo estando envolta por leis oficiais e limites nas negociações, ainda possui uma certa autonomia, que permite desenvolver valores, crenças, morais, próprias de acordo com a construção histórica e as experiências adquiridas por homens e mulheres.

Essa caracterização de Thompson, também pode ser encontrada em Gramsci (1982) quando mesmo desenvolve a questão dos intelectuais e a organização da cultura, tendo em vista que os grupos sociais criam seus intelectuais, no interior da própria classe – os intelectuais orgânicos, capazes de assimilação e conquista política.

A produção desses intelectuais, no interior dos grupos sociais, é importante pois os colocam na disputa do domínio político. Quanto mais intelectuais determinado grupo forma, maior a inserção política e atração ideológica dos intelectuais tradicionais, que se veem fora dos grupos sociais, e que na realidade são disputados por ampliarem a corrente ideológica por se tratarem de literatos, jornalistas, ou seja, intelectuais com aparatos.

Enquanto Thompson (2011) fala da experiência e de uma formação não formal, avaliando os efeitos de uma formação básica formal, Gramsci (1982) vai além ao formular uma formação formal para o período industrial, que voltada ao trabalho industrial está diretamente ligada à complexidade cultural de um país, pois essa medição, para o autor, se dá a partir do momento em





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que o país possua uma industrialização que tenha capacidade para construir máquinas, pois nesse sentido ele pode ser considerado mais civilizado, possuindo uma rede escolar destinada a formação de intelectuais, que são necessários nesse ramo e de uma formação técnico-cultural refinada para responder a ampliação da difusão da instrução primária, e formação da mão de obra para essas fábricas. Não obstante a criação de uma base para seleção de altas qualificações intelectuais gera uma vasta crise de desempregos, geralmente nos setores médios de intelectuais, das camadas que historicamente, através de um processo não democrático da sociedade, produzem intelectuais, como a pequena e média burguesia.

Gramsci (1982) afirma que a formação técnica ligada ao trabalho industrial deve formar o novo tipo de intelectual, pois correspondem as aspirações latentes e se adéqua as formas reais de vida, que deve se inserir na vida prática como um construtor organizador, pois “da técnica-trabalho, eleva-se à técnica-ciência e à concepção humanista histórica, sem a qual se permanece “especialista” e não se chega a “dirigente”” (p.8).

Ao contrário dos grupos sociais fundamentais, a relação entre os intelectuais, não formados no seio da relações sociais de determinado grupo, e o mundo da produção, não é imediata pelo contexto social, e sua organicidade pode ser medida pela sua conexão com o grupo social fundamental em relação as suas funções da base estrutural para cima

Os intelectuais são os “comissários” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) que o grupo dominante obtém, por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparato de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade, na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais fracassa o consenso espontâneo. (p.11)

Nesse sentido, em relação ao grupo dominante, tanto os intelectuais tradicionais, “conquistados” pela “ideologia” dominante, quanto os intelectuais produzidos por esse grupo social, levam a população a um consenso com as políticas aplicadas pelo grupo dominante do Estado. Esses intelectuais ganham prestígio a partir do momento em que estão inseridos tanto nos organismos privados da sociedade civil, quanto nos organismos da sociedade política. Para aqueles





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que não aceitam esse consenso, o grupo social dominantes tem sob seu controle, o aparelho repressivo do Estado, que impõe, ou tenta impor à disciplina aos grupos de conflito com a ordem dominante pretendida pelo Estado.

A divisão da escola em clássica e profissional compreendia um esquema racional, onde as escolas profissionais destinavam-se às classes instrumentais, e as clássicas destinavam-se às classes dominantes e aos intelectuais. Com o desenvolvimento das bases industriais se viu necessária à criação de uma escola profissional que não fosse manual, que produzia um novo tipo de intelectual urbano. Esse processo gerou uma discussão em relação a formação humanística, de uma orientação concreta de cultura geral, que foi destruída em nome de uma determinada forma de civilização. Nesse sentido então se coloca a existência de determinados tipos de escolas, direcionadas a determinados setores da população. Inicia-se então uma crise escolar pois essa organização de diferenciação e particularização envolto aos processos sociais reais e as necessidades sociais ocorre sem princípios claros e precisos, sem um plano bem estudado e fixado.

Como na sociedade, os indivíduos que frequentam as escolas, estão carregados de suas experiências no âmbito da vivência nos grupos sociais, e no interior das escolas precisam seguir certa disciplina, que desconsidera os fatores de construções anteriores. As escolas profissionais, como colocadas por Gramsci (1982), voltadas para a classe instrumental, recebem os filhos de trabalhadores para uma formação manual, com a disciplina do trabalho. Nesse sentido ocorrem resistências, por identificar que os sujeitos em sociedade, estão expostos e construindo relações de conflito. Taborda (2008) discorre sobre a escola ser um local de circulação-produção-reprodução da cultura, um local de conflito. Nesse sentido, entra em discussão a cultura escolar, muito enfatizado pela historiografia recente, do viés da histórica cultural provindo da tradição marxista, que deve levar em consideração a criação da rede escolar identificada por Gramsci, a destinação das escolas, e os conflitos e resistências existentes nesse processo.

A historiografia da cultura escolar está intimamente ligada às formulações de Thompson, que permitem uma análise dos indivíduos, da formação de sua cultura, dos choques entre a cultura dos populares e as culturas impostas, das resistências individuais e organizadas, dos olhares oficiais sobre as resistências, que não é o foco aqui de aprofundamento da discussão, mas





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

que se faz importante ser destacada, por também fazer parte de um contexto de aproximação teórica com Gramsci, porém com um desenvolvimento específico para com o olhar nos populares.

Considerações finais

O intuito desse trabalho foi identificar as aproximações teóricas entre as formulações de classe, luta de classes, cultura e educação. Tendo em vista que os dois autores não foram selecionados aleatoriamente, mas por Thompson utilizar as formulações de Gramsci como sua base, por concordar com o combate ao determinismo econômico, e sair em sua defesa, entrando em choque com a tradição marxista Althusseriana e Stalinista.

Também as categorias analisadas não foram aleatórias, ela tem um desencadeamento no sentido histórico, da formação da classe em um movimento real; da luta de classes, no processo histórico de identificação de uma classe em contraposição a outra; da cultura desenvolvida pelas relações sociais no interior das próprias classes, grupos sociais, e nas tensões presentes na sociedade, em relação a outros grupos sociais, sendo eles pertencentes a mesma classe, ou a outra, pela conservação dos costumes e tradições, no caso dos de baixo, em resistência as inovações que pressionam modificação de sua cultura.

Esses fatores levam a discussão da educação não formal, através da cultura e do aprendizado passado de maneira oral, ou por materiais produzidos pelos populares, assim como a formação de intelectuais no interior dos grupos sociais; e da educação formal, com a conformação da rede escolar e a divisão das escolas voltadas a determinados públicos, que são local de conflito e circulação – produção - reprodução, a partir das experiências trazidas pelos próprios alunos, o que indica um debate historiográfico já existente em relação às formulações de Thompson – a cultura escolar, que não se procurou aprofundar nesse trabalho, mas sendo importante mencioná-lo pelo seu caráter essencial de identificação no interior da escola, que dialoga diretamente com o exterior dos muros escolares.





IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS “HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL”

Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012 – Anais Eletrônicos – ISBN 978-85-7745-551-5

Referências

BIANCHI, Álvaro. Revolução Passiva: o pretérito do futuro. **Revista Crítica Marxista**, n. 26, p. 34-57, Campinas: Editora Revan, 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **A dualidade de poderes: Introdução à teoria marxista de estado e revolução**. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COUTINHO, Carlos Nelson. **GRAMSCI Um estudo sobre seu pensamento político**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1989

DEL ROIO, Marcos. **Gramsci e a emancipação do subalterno**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 29, p. 63-78, nov. 2007.

GRAMSCI, Antonio. **Algunos puntos preliminares de referencia, na antropologia preparada e traduzida por J. Solé-Tura a la filosofia de la práxis**. Bracelona: Ediciones Península, 1972, págs. 11 – 15 – disponívl em www.marxists.org em 07/04/2012

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere, temas de cultura, ação católica** – vol. 4. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1982.

MARX, Karl, ENGELS, Frederick. **Manifesto Comunista e as cartas filosóficas**. São Paulo: Centauro editora, 2006.

TABORDA DE OLIVEIRA, Marcus A. O pensamento de Edward Palmer Thompson como programa para a pesquisa em história da educação: culturas escolares, currículo e educação do corpo. **Revista Brasileira de História da Educação**, v. 16, p. 147-169, 2008.

THOMPSON, Edward Palmer. **As peculiaridades dos ingleses e outros artigos**. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2010.

THOMPSON, Edward Palmer. **Costumes em Comum**. São Paulo: Companhia das letras, 2011.

VIEIRA, Carlos Eduardo. OLIVEIRA, Marcus Aurélio Taborda de Gramsci e Thompson: **História, Política e processos de formação**. In Educação e Sociedade, Campinas, v. 31, n. 111, p. 519-537, abr.-jun, 2010.

